

Giovanni Allegretti
Investigador do Centro
de Estudos Sociais
e coordenador do projecto
OPTAR

“A crise afectou a confiança dos portugueses na política”



Os Orçamentos Participativos (OP) conseguem envolver a população? Conseguem, na medida em que oferecem reais espaços de co-decisão, e porque são rápidos e cuidadosos na realização das prioridades co-decididas. Vale a pena dizer que a crise afectou um pouco a confiança geral na política e também estes orçamentos têm sofrido uma redução de participação.

Mais câmaras deveriam adoptar estes orçamentos? E a nível nacional, poderia haver algum programa a funcionar assim? Sem dúvida que seria muito útil. Na crise, a transparência torna-se necessária, sobretudo se não forem atirados para cima dos cidadãos milhares de dados complexos e ilegíveis, mas montando-se um processo pedagógico e esclarecedor do funcionamento da máquina pública.

Projectos como estes estimulam a participação cívica? Não tenho dúvidas. Mas devem evitar-se erros macroscópicos como o de Lisboa, que cortou em 50% o dinheiro à disposição e algumas semanas depois aprovou duvidosas medidas de apoio ao Rock in Rio com um valor parecido ao cortado ao OP. Que mensagem é que se passa aos cidadãos quando se submetem projectos de democracia participativa a “cortes lineares indiscriminados”? Está a dizer-se que não é um projecto estratégico. É importante que os OP se concentrem mais na implementação das obras, porque as pessoas apenas aceitam dar o seu tempo livre a uma causa cívica se virem resultados e seriedade por parte das autarquias. *C. F*



Orçamento participativo. Ser dono da cidade

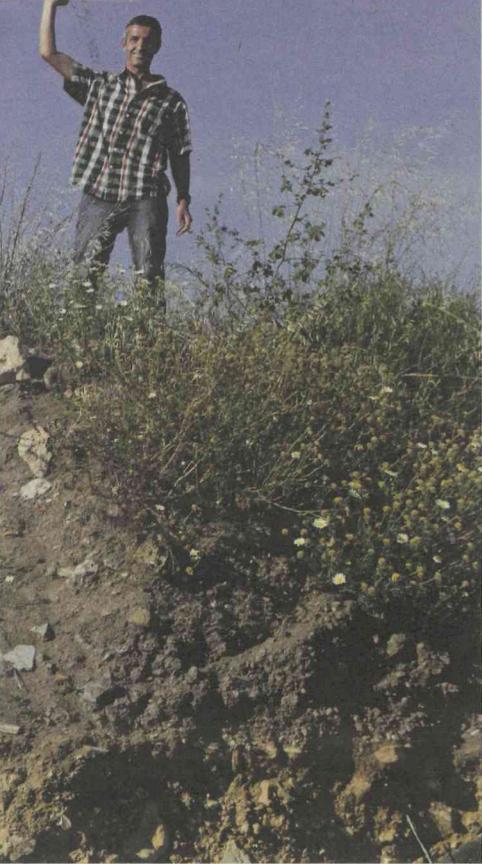
CATARINA FALCÃO
catarina.falcao@ionline.pt

O Orçamento Participativo (OP) é uma oportunidade para deixar de ser treinador de bancada da sua cidade. Com este instrumento, já adoptado em vários concelhos, os cidadãos definem uma parte do investimento público e elegem obras prioritárias para o sítio onde vivem ou trabalham. Qual o impacto desta iniciativa? O primeiro OP decorreu em Palmela em 2002 e actualmente em Portugal, entre freguesias e municípios, há cerca de 20 experiências a decorrer. Mas nem todas as propostas chegam a bom porto. O longo caminho começa com a apresentação do projecto, em assembleias ou através da internet, depois têm de ser analisados por técnicos dos serviços municipais para avaliar a sua viabilidade e por fim, só os que são exequíveis é que são sujeitos a votação pública. “É um processo que se constrói a partir da vontade política e nos casos onde o OP não vingou, o processo era meramente consultivo, sem uma votação final por parte da população, o que se aceita num período experimental, mas se torna inoportuno a longo prazo”, explica Nelson Dias, da associação In Loco, uma associação de desenvolvimento local que acompanha e ajuda a implementar o OP por todo o país.

Talvez por isto, a Amadora, que já vai na terceira edição de orçamentos participa-

Mudar o mundo é uma ilusão, mas o orçamento participativo das câmaras é uma oportunidade para mudar pequenas coisas na sua rua, no seu bairro ou na sua cidade. Actualmente há 20 a decorrer em todo o país

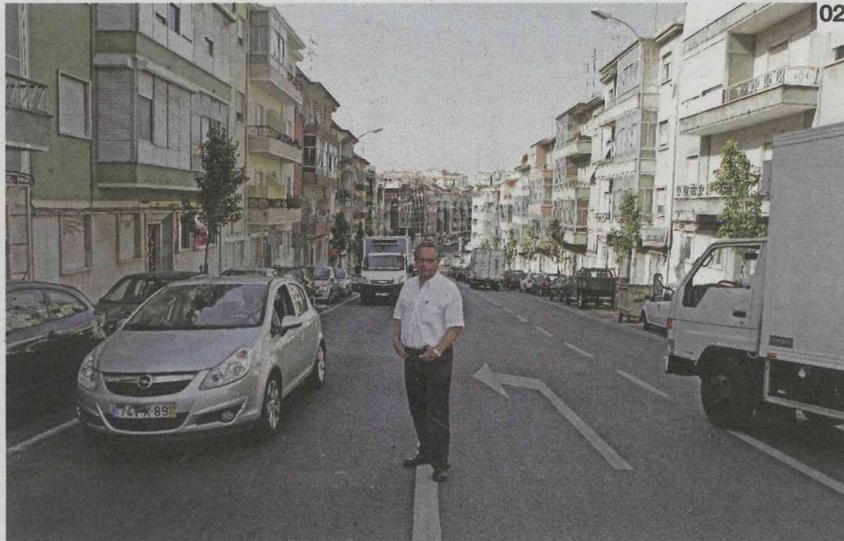
01



tivos, vai abrir este ano pela primeira vez a votação final à população – até agora os projectos vencedores eram escolhidos pela câmara. Mas mesmo sem este passo final, a autarquia executou os projectos vencedores. Em 2010, José Maurício, que vive na Amadora há mais de 40 anos, foi por “mera curiosidade” a uma assembleia participativa. Expôs aos restantes munícipes os problemas da Rua António Feijó e apresentou uma proposta de requalificação. Foi um dos projectos vencedores. A obra está feita e José não fica por aqui: “Participar no OP não é como enviar um email à câmara, que pode cair no esquecimento, é uma resposta pública às queixas dos munícipes”, conta ao *i*.

O OP altera também as práticas de intervenção dos cidadãos. Segundo Nelson Dias, as práticas assistencialistas comuns na nossa sociedade “são substituídas por práticas emancipatórias, pois não só fica do lado da população o poder de decisão, mas também o dever de fiscalização dos projectos aprovados”. Mas para isto é preciso que as metodologias do OP criem consensos, como acontece em Cascais. Neste concelho as propostas são apresentadas em sessões públicas. De cada sessão – onde qualquer munícipe pode intervir e expor a sua ideia – apenas cinco passam para a fase seguinte. O que envolve um aceso debate sobre a importância de cada proposta.

Pedro Coriel levou à sessão pública de



02

01 É neste terreno baldio que vai nascer o Parque das Gerações, uma ideia antiga de Pedro Coriel que venceu o OP de 2011 da câmara de Cascais

RODRIGO CABRITA

02 A requalificação da Rua António Feijó, na Amadora, proposta por José Maurício, já é uma realidade

RODRIGO CABRITA

03 No MUDE, em Lisboa, foram deixados mais de 55 mil post-it com ideias para a cidade. A fase de candidaturas para o OP de Lisboa já fechou e as votações decorrerão em Outubro

PATRICIA DE MELO MOREIRA



03

04 Todos os dias, João Barreto utiliza uma das ciclovias que propôs para chegar ao trabalho. Mas não chega e João espera o alargamento das faixas de bus

RODRIGO CABRITA



04

2011 um sonho antigo. Desde 2008 tinha a ideia de converter um terreno baldio em São João do Estoril num parque de skate. Na sessão, os restantes munícipes adicionaram à ideia do parque um circuito de manutenção física, um percurso para caminhadas e um parque infantil. E assim vai nascer o Parque das Gerações, um dos projectos vencedores do Orçamento Participativo Cascais 2011. “Vamos ter um parque em que todas as pessoas se podem encontrar e é esse o espírito do OP, um espírito inclusivo”, conclui Pedro. Para Nelson Dias esta é

a maior evidência do OP, “há uma convergência entre os diferentes interesses pessoais para formar um interesse geral e colectivo que beneficie todos”.

Em Lisboa, o OP já tem cinco anos e é uma das experiências mais maduras no país. Com um orçamento inicial de cinco milhões de euros, – agora reduzido para metade, devido à contenção de custos – foi daqui que surgiu a proliferação de ciclovias na capital, a Start UP, incubadora de empresas, e o Parque Urbano do Rio Seco, entre outras obras.

“Não são aquelas decisões de gabinete,

é uma decisão do cidadão para o cidadão”, justifica Artur Cosme Ramos, um dos preponentes das ciclovias em 2008, que não vê a obra como uma ideia acabada, “ainda há muito para fazer, falta um estacionamento para as bicicletas ficarem devidamente guardadas”. João Barreto, outro dos preponentes originais das ciclovias concorda e por isso, em 2009 voltou à carga. “A proposta que saiu do OP de 2008 contemplava ciclovias mais vocacionadas para o lazer, o que difere da minha proposta inicial, já que a bicicleta é o meu meio de transporte no centro da cidade”, acrescentou João. Sem perder tempo elaborou nova proposta para o alargamento das faixas de transportes públicos para permitir a circulação de bicicletas e ganhou. Espera agora a proposta de intervenção na Av. Infante D. Henrique, que permitirá aos ciclistas um trajecto “mais seguro e com menos aventuras”.

A iniciativa cresceu e em Lisboa já votam mais de 18 mil munícipes. A participação é uma aposta forte do executivo que implementou também o Orçamento Participativo Escolar que, com uma verba de 50 mil euros, permite a jovens do 8.º e 9.º anos de escolas da capital eleger projectos para melhorar a cidade. “O OP é uma ferramenta importante para acabar com a desconfiança entre eleitos e eleitorado pois cria um espaço aberto de diálogo e fortalece a democracia”, conclui Nelson Dias.